



HASTA PÚBLICA

**“CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO PARA A EXPLORAÇÃO DE UM
QUIOSQUE MUNICIPAL DESTINADO A ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS, COM
ÁREA DE ESPLANADA, SITO NO PARQUE DO RIO, EM RIO MAIOR”**

PROGRAMA



Capítulo I - Disposições Gerais

Artigo 1.º - Objeto

1. O presente procedimento é designado por “Concessão de uso privativo para a exploração de um quiosque municipal destinado a estabelecimento de bebidas, com área de esplanada, sito no PARQUE DO RIO, em Rio Maior”.

2. O presente programa visa regular o procedimento que tem por objeto principal a atribuição da concessão de uso privativo para a exploração de um quiosque municipal destinado a estabelecimento de bebidas, com área de esplanada, sito no PARQUE DO RIO, em Rio Maior, em conformidade com as cláusulas técnicas descritas no Caderno de Encargos.

Artigo 2.º - Entidade adjudicante

Para efeitos do presente procedimento, é Entidade Adjudicante o Município de Rio Maior, com sede na Praça da República, 2040-320 Rio Maior, NIPC 505656000, com telefone n.º 243999300, fax n.º 243992236 e endereço de correio eletrónico geral@cm-riomaior.pt

Artigo 3.º - Decisão de Contratar

A decisão de contratar, relativa ao presente procedimento, foi tomada por despacho emitido no dia 7 de março de 2024, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Eng. Luís Filipe Santana Dias, enquanto órgão competente para a decisão de contratar, no uso da competência delegada pela Câmara Municipal em deliberação do dia 21 de outubro de 2021, e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 31º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, conjugado com a alínea qq) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 4º - Visitas ao local

Durante a fase de elaboração das propostas, os interessados poderão visitar o espaço objeto do presente concurso, devendo as visitas ser requeridas na Câmara Municipal.



Artigo 5.º - Concorrentes

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do CCP, podem apresentar propostas no âmbito do presente procedimento todas as entidades, singulares ou coletivas, que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem ser concorrentes no presente procedimento agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

Artigo 6.º - Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento

1. O programa e o caderno de encargos encontram-se disponíveis para consulta na página de Internet da Câmara Municipal de Rio Maior e na morada indicada no artigo 2.º, em funcionamento todos os dias úteis das 09h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00, desde a publicação do Edital e até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. O programa e o caderno de encargos serão obtido por download efetuado diretamente no sítio da internet do Município de Rio Maior em www.cm-riomaior.pt

Artigo 7.º - Esclarecimentos e Retificação das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados por escrito ao júri do procedimento no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta para o endereço de correio eletrónico contratacao publica@cm-riomaior.pt
2. Os esclarecimentos e as retificações serão prestados pelo órgão competente para a decisão de contratar, por correio eletrónico, até ao fim do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Capítulo II – Propostas

Artigo 8.º- Proposta

1. O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. As propostas apresentadas pelas entidades devem respeitar as características e condições previstas nas Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos.



3. As propostas serão excluídas se não obedecerem a todas as características técnicas exigidas.
4. Quaisquer encargos relativos à elaboração das propostas, incluindo estudos, testes, disponibilização de amostras ou outras atividades com elas conexas, são suportados pelas entidades convidadas.

Artigo 9.º - Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, que constitui a declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos;
- b) Formulário da proposta, utilizando o formulário do Anexo III a este programa de procedimento;
- c) Cópia da declaração de início da atividade ou da certidão de inscrição no registo comercial ou código de acesso à certidão permanente no caso de a entidade ser pessoa coletiva, ainda que integrada em agrupamento de concorrentes.

2. Quando as propostas sejam apresentadas por agrupamento de concorrentes, os documentos referidos nos números anteriores devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

3. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

Artigo 10.º Indicação do Preço

1. O preço base mensal mínimo do presente procedimento é de € 400 (quatrocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço constante das propostas não inclui IVA e deve ser indicado em euros, por extenso e em algarismos, com o máximo de duas casas decimais.
3. Em caso de divergência, os preços indicados por extenso prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.



Artigo 11.º - Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 12.º - Idioma dos Documentos da Proposta

1. Os documentos que integram as propostas são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Caso os documentos que integram as propostas sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução para língua portuguesa devidamente legalizada, declarando o concorrente que aceita a prevalência das traduções, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 13.º - Modo de Apresentação das Propostas

1. As propostas podem ser entregues diretamente na Subunidade de Expediente Geral da Câmara Municipal de Rio Maior ou enviadas por correio registado, com aviso de receção, devendo a receção ocorrer, em qualquer dos casos, até à data e hora indicadas no artigo seguinte;
2. A proposta deve ser encerrada em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se escreverá a palavra **“PROPOSTA”**, indicando-se o **nome ou a denominação social do concorrente** ou, se for o caso, dos membros do agrupamento concorrente, e a designação do objeto de Concurso: **“Concessão de uso privativo para a exploração de um quiosque municipal destinado a estabelecimento de bebidas, com área de esplanada, sito no PARQUE DO RIO, em Rio Maior”**;
3. Contra a entrega das propostas na Subunidade de Expediente Geral da Câmara Municipal de Rio Maior, é passado recibo do qual consta a data e hora em que as mesmas são recebidas.
4. Se o envio da proposta se efetuar pelo correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação se a sua proposta e os documentos que a acompanham se verificar após o prazo de entrega

Artigo 14.º - Prazo para Apresentação das Propostas

As propostas e os documentos que as constituem deverão ser apresentados até às 17.00h (hora continental) do **dia 5 de abril de 2024**.

Artigo 15.º Prorrogação do Prazo Fixado para a Apresentação das Propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos referidos no presente programa sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por período equivalente ao do atraso verificado.



2. Quando as retificações, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.
3. Mediante pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveitará a todos os interessados.
4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem às entidades competentes para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, no website do Município de Rio Maior: www.cm-riomaior.pt

Artigo 16.º - Obrigação de Manutenção das Propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas será de 120 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, não havendo lugar a qualquer prorrogação.

Artigo 17.º - Alteração e Retirada das Propostas

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à Entidade Adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo

Artigo 18.º - Análise das propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
2. São excluídas as propostas relativamente às quais se verifique qualquer uma das hipóteses previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.
3. São excluídas as propostas que apresentem um valor inferior ao preço base

Capítulo III – Seleção do adjudicatário

Artigo 19.º - Critério de adjudicação



1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta de mais alto valor.
2. No caso de empate, efetua-se um sorteio de entre as propostas melhor classificadas e relativamente às quais se verifica o empate;
3. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista de concorrentes;
4. Em caso de não comparência de um ou mais representantes dos concorrentes o sorteio é realizado nos mesmos termos;
5. Num saco opaco serão introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração;
6. A extração das bolas é feita pelo presidente do júri;
7. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada;

Artigo 20.º Ato Público

1. O ato público realizar-se-á às **15 horas do dia 8 de abril de 2024**, na sala de sessões do edifício dos Paços do Concelho.
2. Por motivo justificado, pode o ato público realizar-se dentro dos 5 (cinco) dias subsequentes ao indicado no número anterior, em data a determinar pela Câmara Municipal de Rio Maior.
3. A eventual decisão de alteração da data do ato público ou do local da sua realização é notificada a todos aos interessados através de publicitação na página da internet do Município de Rio Maior, devendo da mesma ser junta cópia ao processo.
4. Ao ato público pode assistir qualquer interessado.
5. Só podem intervir no ato público os candidatos e seus representantes que para o efeito estiverem devidamente legitimados, com poderes para o ato, bastando, para tanto, no caso de intervenção do titular de estabelecimento individual de responsabilidade limitada, a exibição do seu cartão de cidadão ou bilhetes de identidade, e no caso de intervenção dos representantes de sociedades ou agrupamentos complementares de empresas, a exibição dos respetivos cartões de cidadão ou bilhete de identidade e de procuração emitida pela sociedade ou agrupamento, da qual conste o nome e número do documento de identificação dos representantes.
6. Entende-se por credencial o documento emitido pela empresa representada na qual constem, além dos poderes conferidos, a(s) assinatura(s) do(s) seu(s) gerente(s), administrador(es) ou mandatário(s) com poderes bastantes, invocando a qualidade em que o fazem.



7 - Os representantes devidamente credenciados pelos concorrentes podem, durante a sessão do ato público, examinar os documentos apresentados no prazo fixado pelo júri e reclamar da lista de concorrentes, nos termos do disposto no artigo seguinte

Artigo 21.º Tramitação do Ato Público

1. Declarado aberto o ato público, o Júri procede à identificação do procedimento e à leitura das propostas pela ordem em que foram recebidas.
2. Em seguida, são abertos os invólucros que contêm os documentos que constituem as propostas pela ordem da respetiva receção, procedendo-se à leitura da lista dos concorrentes, elaborada pela mesma ordem.
3. Seguidamente, o Júri precede à identificação dos candidatos e dos seus representantes.
4. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, devendo para o efeito apresentar o recibo referido artigo 13.º ou documento postal comprovativo da tempestiva receção do seu invólucro.
5. Apresentada reclamação nos termos do disposto no número anterior o Júri interrompe a sessão do ato público para averiguar o destino do invólucro.
6. Se o invólucro não for encontrado, o Júri fixa ao reclamante um novo prazo para a apresentação da respetiva proposta, informando os presentes da data e da hora em que a sessão será retomada.
7. Se o invólucro for encontrado antes do termo do prazo referido no número anterior, dá-se imediato conhecimento do facto ao interessado, procedendo-se à abertura daquele logo que retomada a sessão do ato público.
8. Cumprido o disposto nos números anteriores, o presidente do Júri encerra o ato público, do qual é elaborada ata que deve ser sempre assinada pelo secretário e pelo presidente do júri.

Artigo 22.º - Documentos de habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar em suporte digital, pelo correio eletrónico contratacao publica@cm-riomaior.pt, no prazo de **5 dias** após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos:

- a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente os seguintes documentos:



- c) Comprovativo de Seguro de Responsabilidade que preveja a indemnização de quaisquer danos ocorridos ou provocados no exercício da atividade.
2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, pode o Adjudicatário, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Em caso de agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos indicados nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo devem ser apresentados por todos os seus membros.
4. O Adjudicatário deverá proceder à imediata substituição dos documentos de habilitação sempre que se verifique a caducidade daqueles anteriormente entregues.

Artigo 23.º - Idioma dos Documentos de Habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, devem os adjudicatários fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, para língua portuguesa.

Artigo 24.º - Não Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
- a) No prazo fixado no presente Programa;
 - b) Redigidos em língua portuguesa ou, nos casos expressamente previstos no presente Programa de Concurso, acompanhados de tradução devidamente legalizada, para língua portuguesa.
2. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao prestador selecionado, o júri do procedimento deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário, relativamente ao qual o facto ocorreu, para que este se pronuncie, por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, num prazo de 2 (dois) dias úteis.
4. Nos casos previstos nos números anteriores, deverá ser adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente.



Artigo 25.º - Falsidade de Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no n.º 3 do artigo anterior

Capítulo IV – Caução

Artigo 27.º – Caução

1. Para garantia do pontual pagamento das rendas, o arrendatário fica obrigado a prestar uma caução no valor equivalente a dois meses de renda.
2. A caução referida no número anterior deverá ser prestada no prazo de dez dias a contar da data de notificação da adjudicação, devendo ser prestada sob uma das seguintes formas: por depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.

Capítulo V – Celebração do Contrato

Artigo 28.º - Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato será enviada, por correio eletrónico, ao Adjudicatário, nos termos do presente Programa, para aceitação.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando em relação à mesma não seja apresentada reclamação nos cinco dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 29.º - Reclamações Contra a Minuta

1. São admissíveis reclamações quanto à minuta quando dela constem obrigações não contidas nos documentos que integram o contrato, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 102.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Em caso de reclamação, será competente para decidir quanto à mesma a Câmara Municipal de Rio Maior, devendo este comunicar ao reclamante, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da receção da reclamação, o que houver decidido, entendendo-se que a rejeita se nada disser naquele prazo.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.



4. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelos adjudicatários são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 30.º - Celebração do Contrato

1. O contrato será celebrado no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da aceitação da minuta ou do conhecimento sobre a decisão da reclamação, sem prejuízo do previsto no n.º 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

3. No caso de elaboração de um clausulado em suporte papel, a Entidade Adjudicante comunica ao Adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a celebração do contrato.

5. No caso da elaboração de um clausulado em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas, as entidades adjudicantes comunicam ao prestador selecionado o modo e o prazo para a assinatura do contrato.

Artigo 31.º - Não Outorga do Contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário selecionado não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 3 do artigo 4.º do presente Programa de Procedimento.

2. Nos casos previstos no número anterior, será adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente.

3. No caso previsto no n.º 1, poderá ser instaurado ao concorrente selecionado um processo de contraordenação, nos termos consignados nos artigos 455.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo VI - Disposições Finais

Artigo 32.º - Taxas e Licenças

A presente adjudicação inclui as taxas relativas à ocupação do espaço público.



Artigo 33.º - Legislação aplicável

1. Em tudo o que não estiver previsto no presente Programa de Procedimento, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- b) Na Diretiva 2014/24/UE, de 26 de fevereiro de 2014;
- c) No Código de Procedimento Administrativo;
- e) Demais legislação especialmente aplicável.

Artigo 34.º - Despesas e encargos

As despesas e encargos inerentes à celebração do presente contrato são da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário.

ANEXOS AO PROGRAMA DE CONCURSO

Fazem parte integrante do presente Programa os seguintes anexos:

- Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do CCP
- Anexo II – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP
- Anexo III – Modelo de Proposta base



ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere [a alínea a\) do n.º 1 do artigo 57.º](#)]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo – quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação

da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO III – Formulário de Proposta

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º)

... (identificação do representante legal do concorrente), na qualidade de (qualidade em que subscreve a declaração) de (identificação da sociedade ou agrupamento), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento Hasta Pública, para a celebração do contrato de **“Concessão de uso privativo para a exploração de um quiosque municipal destinado a estabelecimento de bebidas, com área de esplanada, sito no PARQUE DO RIO, em Rio Maior”**, obriga-se a celebrar e a executar o presente contrato nos seguintes termos:

Preço a pagar mensalmente € _____. (_____).

Aos valores apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor.

Local e data

Assinatura